

INSTITUTO AYRTON SENNA: “FÓRMULA DA VITÓRIA” DO GERENCIALISMO.

Elenise Pinto de Arruda
Universidade Federal do Oeste do Pará
elenisearruda@hotmail.com
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Universidade Federal do Oeste do Pará
liliacolaress@gmail.com

As práticas gerenciais utilizadas largamente no ambiente empresarial tem passado cada vez mais a compor o espaço escolar trazendo seus princípios, elementos e instrumentos, o que de acordo com Paro (2012) situa a administração escolar no contexto da administração capitalista, na qual os princípios da administração geral das empresas são transplantados para a administração escolar.

Frente a isso, este trabalho decorre de uma tese cujo objetivo geral foi analisar as implicações da Nova Gestão Pública (NGP) na gestão da educação de tempo integral na rede municipal de ensino de Santarém/PA no período de 2005 a 2020, o que implicou em compreender como se deu a relação da gestão da educação municipal em geral com o modelo gerencial. É, portanto, um recorte dos resultados e aborda a relação entre o Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Santarém/ Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED).

A atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) na rede municipal de ensino de Santarém

O IAS é uma organização não governamental fundada em 1994, criada no contexto da reforma do estado brasileiro nos anos 1990 que transformou a administração pública nos moldes da empresa privada e promoveu a entrada de entidades não governamentais na execução de políticas sociais, sob o discurso da ineficiência do Estado em virtude da intensa demanda de políticas sociais à população. Nessas circunstâncias, o IAS enquadra-se no grupo de entidades do Terceiro Setor que passaram a elaborar e desenvolver ações voltadas especialmente aos espaços públicos como os sistemas educacionais.

A parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Santarém em 1997, com o programa de aceleração da aprendizagem – Acelera Brasil – posteriormente denominado Correção de fluxo, destinado a alunos com defasagem idade-série de no mínimo dois anos

nas séries iniciais em relação ao que atualmente é designado como ensino fundamental (Colares, 2005; Souza, 2007) e encerrou no início de 2020, prestando assessoria direta na gestão da educação do município durante 23 anos.

De acordo com Souza (2007), na fase de 1997 a 2000, a gestão do programa é do IAS, na qual a política foi um serviço terceirizado, ou seja, o programa de correção de fluxo foi desenvolvido na rede municipal pública de ensino, mas sob o comando do Instituto, o que demonstra a consolidação da inserção de uma empresa privada e seus princípios na esfera pública. No período de 2001 a 2004, o IAS passou a exercer um papel de parceiro e consultor do município. Porém, a autora revela que “embora nessa segunda fase a política educacional tenha ficado totalmente sob responsabilidade da Semed, [...] o programa continuou a manter a mesma proposta pedagógica e metodológica” (Souza, 2007, p. 85), o que significa que mesmo passando de gestor a consultor, o programa, com seus objetivos, princípios e ações planejadas e construídas pelo Instituto, permaneceu na política educacional do município, evidenciando mais uma vez a força política, ideológica e pedagógica de uma entidade privada nas políticas públicas.

No ano de 2001, foi implantado em Santarém o Programa Escola Campeã direcionado ao fortalecimento da gestão municipal da educação e da gestão escolar propondo metodologias voltadas para o fortalecimento “da gestão ligada às secretarias municipais de educação e o gerenciamento das unidades escolares do ensino fundamental municipal” (Educação para um Brasil Vencedor, s/d, *apud* Costa, 2019, p. 64).

Colares (2005) aponta que no primeiro ano de implantação do programa em Santarém, as ações foram voltadas à Semed, orientando-a sobre seu papel como indutora de ações e responsável pela implementação e acompanhamento das políticas educacionais do município. No ano seguinte, o programa voltou-se às escolas e foi desenvolvido a partir de duas competências: fortalecer a capacidade do município de gerenciar o ensino fundamental e fortalecer a capacidade de gestão e liderança dos dirigentes escolares.

A inserção de princípios e práticas gerenciais estão presentes nas diretrizes do Programa Escola Campeã. As diretrizes, apresentadas por Santos (2006), são explícitas, busca-se “introduzir novos mecanismos e instrumentos de gerenciamento da secretaria municipal de educação”, “instrumentalizar a liderança da escola para gerenciar as suas autonomias administrativas, financeiras e pedagógicas”, “priorizar a melhoria permanente do desempenho dos alunos”. Ou seja, a gerência é o elemento-chave para o

desenvolvimento da política educacional e do processo educativo, tendo em vista a melhoria do desempenho do aluno. A educação passa a ser vista como um processo de geração de resultados, indicadores de desempenho e o gestor escolar é a liderança que vai operacionalizar os meios para os objetivos previstos.

O Programa Escola Campeã transformou o funcionamento da gestão da secretaria de educação do município. Determinou rotinas e tarefas, estabeleceu metas, prazos e indicadores, introduziu uma nova concepção de gestão, um novo vocabulário, e realizou formações para a absorção dos novos conceitos e estratégias trazidas especialmente do campo empresarial, ou seja, uma nova cultura organizacional preocupada com a conquista de metas, prazos, resultados (Gomes, 2015, p. 133).

A partir de 2005, o programa foi reconfigurado e passou a ser chamado Programa Gestão Nota 10, com a continuidade do investimento no âmbito da gestão educacional e escolar e compondo, com outros programas, a Rede Vencer. Costa (2019) descreve que o texto de apresentação da Rede Vencer aponta que o problema da educação brasileira está na esfera gerencial e não no campo pedagógico. Não por acaso, o IAS, fundado em meio à reforma administrativa que reestruturou a administração pública brasileira, criou um programa que tem como foco a gestão, coadunado à racionalidade empresarial, como discorre Costa: “O modelo de gestão educacional proposto pelo Instituto obedece a uma lógica empresarial, visando resultados com foco em gestão e dados [...]” (2019, p. 61). Deste modo, os programas de fortalecimento da gestão educacional e escolar do IAS estão em sintonia com a reestruturação do Estado brasileiro, atribuindo ao setor público um caráter privado ao consolidar o gerencialismo na gestão pública.

Conclusões

As diretrizes dos programas do IAS estabeleceram e coordenaram, em menor ou maior escala de acordo com o mandato governamental, políticas e ações educacionais no município de Santarém. Os programas com metas e ações padronizadas desconsideram as especificidades de uma rede de ensino situada em um município da Amazônia brasileira, com características geográficas, econômicas, culturais e históricas diferentes das outras regiões do país. A padronização impõe uma gestão engessada, baseada em instrumentos e métricas que buscam inserir uma prática gerencial e avaliar a performatividade da rede de ensino independente dos condicionantes locais.

Ademais, a condução de uma política municipal por uma entidade externa, oriunda de uma cidade que possui diferenças gigantescas em relação à Santarém suscita uma antiga, mas também permanente, discussão sobre a consolidação da gestão democrática no ambiente escolar, que é altamente comprometida nesse contexto, tendo em vista que cabe à secretaria de educação e às escolas o papel de executor de tarefas previamente definidas pelo Instituto, cumprindo as orientações por ele determinadas.

Assim, apesar da flutuação do papel do IAS na condução da política municipal, percebemos que durante vinte e três anos, em maior ou menor proporção, o Instituto esteve presente na gestão da educação municipal de Santarém e certamente seus ideais perduram na rede de ensino.

Referências

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**. 183 f. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, 2005.

COSTA, Marilda. **Nova Gestão Pública e redefinição de fronteiras público-privadas na educação brasileira**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019

GOMES, Luís Alípio. **Sistema municipal de ensino de Santarém-PA: implantação e implementação (2004-2014)**. 2015. 234f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Marilza Serique. Avaliação na Perspectiva do Programa “Escola Campeã”. In: COLARES, M. L. I. S. **Colóquios temáticos em educação: a avaliação em múltiplos aspectos**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SOUZA, Maria de Fátima Matos. **Política de correção de fluxo: um estudo avaliativo do Programa de Aceleração da Aprendizagem em Santarém – Pará**. 2007. 173 f. Tese – Doutorado em Educação - Universidade Estadual Paulista, 2007.